Ato infracional

A Constituição Federal, no art. 228, estabelece a inimputabilidade de crianças e adolescentes, ou seja, a impossibilidade de serem considerados culpados pelo cometimento de crimes. Isso significa que, mesmo que pratiquem atos tipificados como crime, não serão responsabilizados criminalmente.

Dessa forma, ausente a culpabilidade, é impossível a existência de crime, entretanto é cometido um ato infracional.

Pois a culpabilidade é um dos elementos essenciais do crime, juntamente com a tipicidade, a antijuridicidade e a punibilidade. Sem culpabilidade, não há crime.

O que é ato infracional?

Ato infracional é a conduta descrita em lei como crime ou contravenção penal praticada por crianças e adolescentes, consoante o art. 103, ECA.

Exemplo: Um adolescente que subtrai coisa alheia móvel não pratica furto, mas sim um ato infracional equiparado a furto.

Fundamento constitucional do ato infracional

O fundamento constitucional do ato infracional de menores de idade encontra-se no Artigo 228 da Constituição Federal Brasileira de 1988.

> Constituição Federal
>
> Art. 228. São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial.

A legislação especial a que a Constituição faz menção é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) — Lei nº 8.069/90 — que regulamenta os direitos e deveres da criança e do adolescente, estabelecendo medidas de proteção integral.

A Constituição Federal de 1988 inaugura no Brasil a doutrina da proteção integral.

Salienta-se que a Constituição de 1988 antecipou-se à Convenção das Crianças e Adolescentes editada em 1989 (ONU).

Assim, entende-se que crianças e adolescentes apresentam os mesmos direitos que os adultos e alguns a mais, pois se encontram em fase peculiar de desenvolvimento físico e psíquico.

Ação Penal nos atos infracionais

Consoante a determinação do ECA, todos os atos infracionais nele previstos são processados mediante ação penal pública incondicionada.

> ECA
>
> Art. 227. Os crimes definidos nesta Lei são de ação pública incondicionada.

Ato infracional – Questões finais

Como definir se o indivíduo se submete ao ECA ou ao sistema penal dos adultos?

Segundo o ECA, devemos levar em consideração a idade do indivíduo na data do fato, portanto, na data em que o ato ilícito foi praticado.

> ECA
>
> Art. 104. São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às medidas previstas nesta Lei.
>
> Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, deve ser considerada a idade do adolescente à data do fato.

Exemplo: Em 10 de fevereiro de 2023, João, um adolescente de 17 anos, cometeu um ato infracional análogo ao crime de roubo. No dia 10 de fevereiro de 2024, quando completa 18 anos, João é apreendido pela polícia. Nesse caso, considera-se a data do crime praticado, sendo assim inimputável, submetendo-se ao ECA.

> Observação: O ECA admite a responsabilidade excepcional até os 21 anos, tal data se relaciona à execução das consequências da prática do ato infracional, o qual somente pode ser praticado por menores de 18 anos.

Ato infracional praticado por crianças

No caso de atos infracionais, a responsabilidade é diferenciada, buscando sempre a proteção integral e a ressocialização. Assim, no máximo ela poderá receber uma medida de proteção, pois o ECA considera-as como sujeitos de direito ainda mais protegidas, em razão do seu reduzido

grau de desenvolvimento físico e intelectual.